O histórico

4 ZERO HORA SÁBADO, 27 DE AGOSTO DE 2011

Reportagem Especial

PALMEIRA DAS MISSÕES, 26/08/2011

SANTA ROSA, 24/08/2011

TRÊS DE MAIO, 26/08/2011

PASSO FUNDO, 22/08/2011

FREDERICO WESTPHALEN, 04/08/2011

Em três semanas, manifestantes organizaram 12 barreiras com pneus queimados em rodovias gaúchas

TROPA INCENDIÁRIA

Hierarquia da BM ameaçada

Definidos como "atos criminosos" pelo comandante-geral da BM, os protestos de PMs descontentes com os salários embaraçam a cúpula da Segurança Pública e abrem caminho para a quebra da rígida estrutura de comando militar. Entre a noite de quinta e madrugada de ontem, novos bloqueios com pneus incendiados em seis vias do Estado puseram mais combustível na delicada relação entre o comando da corporação e representantes dos soldados, aumentando o risco de insubordinação generalizada da tropa

CARLOS ETCHICHURY e CARLOS WAGNER

A tática de queimar pneus em rodovias como forma de reivindicar aumento salarial, adotada pela associação dos praças da Brigada Militar, constrange o comando da PM e a cúpula da Secretaria da Segurança Pública.

Entre o final da noite de quinta-feira e a madrugada de ontem, a fumaça negra das borrachas em chamas interrompeu o trânsito em quatro rodovias federais (numa delas em dois trechos), no Interior, e na avenida principal de Alvorada, na Região Metropolitana.

As manifestações, que limitam o direito de ir e vir dos motoristas, ocorreram em rodovias federais em **Palmeira das Missões**, **Três de Maio**, **Sarandi** e **Rio Grande**, em uma rodovia estadual em **Gravataí** e em uma avenida de **Alvorada**. Em três casos, foram deixados cartazes pedindo melhores salários para os policiais militares. Os atos, definidos pelo comandante-geral da Bri-

O relato de um oficial da cúpula da corporação, que pede para não ser identificado, ajuda a compreender a situação em que se encontram a Brigada e a Secretaria da Segurança Pública.

– Há o risco de insubordinação, à semelhança ao que já aconteceu em outros Estados. Nos quartéis, silenciosamente, o pessoal apoia as manifestações porque os salários dos soldados está muito defasado.

O mesmo coronel, que compartilha da intimidade do poder no QG da BM, apresenta uma dificuldade adicional:

– É complicado até para apurar responsabilidades porque, ao mesmo tempo que o pessoal do serviço de informações está mobilizado nas investigações, em paralelo, eles apoiam os protestos.

O sentimento nos quartéis apontado pelo oficial da ativa, sob anonimato, é explicitado pelo presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar, José Carlos Riccardi Guimarães. Sem meias palavras, o tenente-coronel da reserva opina:

– Somos solidários aos praças que estão

nha do coronel Abreu. Tarso definiu o protesto como um "delito":

– Certamente será investigado pela Polícia Federal, e as pessoas vão responder. Não sei se tem conexão com o movimento dos brigadianos, tomara que não, porque se tiver é uma coisa grave, é algo que não pode ser colocado como pressão para negociação.

Em encontro com jornalistas num hotel no centro de Porto Alegre, no início da manhã, o secretário da Segurança Pública, Airton Michels, mostrou-se surpreendido com o radicalismo das ações. Conforme o secretário, uma reunião, que ocorreria horas mais tarde, estava agendada havia 10 dias:

– Não tem sentido este tipo de protesto. São atos criminosos que serão investigados.

A posição enérgica do governador e de seus secretários parece ter surtido efeito. Ao final de uma reunião tensa de duas horas com o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, e o secretário Michels, o presidente da Associação Beneficente Antonio Mendes Filho (Abamf), Leonel Lucas, anunciou uma trégua. *Até que novos pneus voltem a arder.*

Revolta de soldados convulsionou a Segurança

38 ZERO HORA SÁBADO, 12 DE NOVEMBRO DE 2011 policia@zerohora.com.br

Polícia

REPRESÁLIA POLICIAL

Delegados ameaçam boicote

Para pressionar governo do Estado por salários, policiais prometem deixar de atuar em operação no verão, entre outros atos

JOSÉ LUÍS COSTA

Em uma queda de braço com o Palácio Piratini por melhores salários, delegados da Polícia Civil revelaram ontem a adoção de medidas que poderão comprometer a segurança dos gaúchos durante o verão e a melhoria dos serviços da corporação em 2012.

Em retaliação à postura do governo do Estado, que evita conceder reajuste reivindicado pelos policiais, a Associação dos Delegados (Asdep) anunciou que nenhum dos 87 filiados escalados para a operação no veraneio vai atuar de dezembro a março no Litoral, na Serra e nas fronteiras.

Além dessas medidas, uma centena de delegados, professores na Academia da Polícia Civil, promete não comparecer para dar aulas aos novos 500 alunos dos cursos de escrivão e de inspetor que começam em 4 de janeiro. Os delegados representam 35% do quadro docente da academia, são autores de suas próprias apostilas e não autorizarão o uso delas.

– Se isso acontecer, vai inviabilizar os cursos – afirma o delegado Fábio Mota Lopes, diretor da Divisão de Ensino da academia.

O delegado Mário Wagner, diretor do Departamento de Polícia do Interior e coordenador da Operação Verão, reconhece que, se a decisão da Asdep for mantida, será difícil conduzir o trabalho, embora ele tenha esperança de que ela ainda possa ser revertida.

– A operação começa em 17 de dezembro e acredito que, até lá, esta questão salarial vai estar solucionada – acredita.

As medidas anunciadas ontem pela associação representam a primeira de uma série de ações de boicote idealizadas pela Asdep para pressionar o governo do Estado.

– Queremos que o governo reconheça nosso direito. A forma de recompor as perdas fará parte de um segundo passo da negociação – afirmou o presidente da Asdep, Wilson Müller.

Secretaria e Casa Civil evitaram comentários

Ao revelar as ações, Müller demonstrou mágoa com o tratamento dispensado pelo Piratini.

– A Secretaria da Segurança Pública parece que não tem a noção exata do que acontece e está em falta conosco. Foi agendado um encontro para sexta-feira passada com a secretário, que não aconteceu, e acabou vindo aqui, uma menina da Casa Civil trazer uma proposta *(10% de reajuste, que foi rechaçada)*. Para minha surpresa, esse assunto começou com uma visita à Asdep do então governador eleito e terminou na sexta-feira com uma estafeta – lamentou Müller.

A Secretaria da Segurança Pública e a Casa Civil evitaram comentar a decisão da Asdep sob o argumento de não terem sido informadas oficialmente.

Segundo a assessoria da Casa Civil, nenhuma reunião entre a secretaria e a Asdep estava agendada para sexta-feira passada.

O que foi anunciado

- **Os 87 delegados** escalados para atuar na Operação Verão anunciaram que não vão participar dos trabalhos no Litoral, na Serra e nas fronteiras. Eles atuam em reforço ao policiamento comandando 1.549 agentes.
- **A principal** razão do boicote é o valor da diária (R$ 71) considerada insuficiente para suprir as necessidades de hospedagem e de alimentação.
- **Caso os delegados** sejam convocados, a Associação dos Delegados (Asdep) diz que entrará com ação judicial para impedir a ordem.
- **Uma centena de delegados,** professores na Academia da Polícia Civil, não devem dar aula para os 500 alunos dos cursos de escrivão e de inspetor que começam em 4 de janeiro. Além de não comparecer às aulas, os policiais prometem não autorizar o uso de apostilas preparadas por eles. Ao todo, os cursos contam com 282 professores.

OUTRAS AMEAÇAS

Está agendado para segunda-feira à tarde um novo encontro entre a Asdep e a Casa Civil. Caso a negociação não avance, os delegados pretendem aumentar as ações de boicote tais como:

1) Suspender as operações que vêm sendo feitas e que geram a chamada "agenda positiva para o governo"

2) Não exceder a carga horária legal (40 horas semanais), gozando folgas necessárias toda vez que houver convocação para trabalho extraordinário, como sobreavisos e escalas de plantão

3) Colocar os cargos de confiança à disposição, deixando de exercer funções de diretor de departamento ou divisão, delegado regional de polícia ou junto à Secretaria da Segurança Pública. A soma chega a cem cargos, entre eles, 12 diretores de departamentos e 29 delegados regionais.

WILSON MÜLLER, presidente da Associação dos Delegados (Asdep)

Nossa relação vai continuar cordial e transparente até o final, mas há algo em descompasso dentro do governo.

Medidas esvaziam ação antiviolência do Piratini

Além de comprometer o principal programa de segurança do governo para os próximos meses, os delegados pretendem esvaziar outra ação programada pelo Piratini que ocorre em âmbito mundial. Trata-se de uma campanha pelo fim da violência contra a mulher que se inicia em 20 de novembro. Nesse evento, está prevista a participação das 17 delegadas que atuam em 15 delegacias da Mulher no Estado.

– Não vamos aos eventos, às palestras e atuar nas delegacias móveis – garantiu a delegada Nadine Farias Anflor, coordenadora das delegacias de atendimento à Mulher e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, conhecido como Conselhão.

Nadine anunciou que colocou à disposição da Chefia da Polícia Civil seu cargo de coordenadora das delegacias da mulher.

Uma nova reunião entre representantes da Asdep e a Casa Civil está marcada para as 16h30min de segunda-feira.

NOVA ARMA EM AÇÃO

Guarda estreia pistola de choque

NILSON MARIANO

A Guarda Municipal de Porto Alegre deverá começar a portar a arma não letal Taser na segunda-feira, como parte do plano de se consolidar como força policial encarregada de proteger o patrimônio público.

os corpos da Guarda Municipal que atuam em 10 regiões da cidade. Dos 600 agentes, 160 estão habilitados para usar a pistola que dispara uma corrente elétrica imobilizadora. Foram adquiridas 80 dessas armas, que custaram cerca de US$ 160 mil (R$ 288 mil) com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com

imobilizar infratores, sem prejuízo da vida de ninguém – destacou o secretário.

No Rio Grande do Sul, a Taser começou a ser empregada em 2009 pela Brigada Militar. Atualmente, há 490 pistolas na corporação, que treinou 1,5 mil policiais de todo Estado. O comandante do Centro de Material

A Taser

Delegados também são foco de preocupação